

DESCONSTRUINDO O “OPOSICIONISMO NATO” DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: OS ESTUDANTES DE DIREITA (1960-1970)

DECONSTRUCTING THE “OPPOSITION BY BIRTH” OF THE STUDENT MOVEMENT: THE RIGHT-WING STUDENTS (1960-1970)

Gustavo Bianch SILVA¹

Resumo: O objetivo deste artigo é abordar a questão da atuação dos estudantes de direita no movimento estudantil. A mobilização deste movimento nas universidades oscilou entre o ativismo em prol das mudanças educacionais e a luta por questões políticas de cunho mais gerais e estruturais. Porém, muitos estudantes enfrentaram a militância de esquerda e se empenharam na articulação de outras propostas para a universidade, sobretudo influenciados por ideias liberais. A finalidade desse texto é compreender o perfil dos grupos que questionaram os valores da esquerda e participaram do movimento estudantil na ditadura militar. Quais as principais ações empreendidas por esses estudantes? Para problematizar essa questão, recorreremos à historiografia para analisar a influência da direita entre os estudantes.

Palavras-chave: Ditadura; direita estudantil; movimento estudantil.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss the action right-wing students. The mobilization of the movement in the universities oscillated between activism in support of educational change and the fight for more general and structural nature of political issues. However, many students faced militancy of left and were engaged in the articulation of other proposals for the university, mainly influenced by liberal ideas. The purpose of this text is to understand the profile of the groups that questioned the values of the left part of the student movement during the military dictatorship. What are the main actions undertaken by these students? To discuss this question, we turn to historiography to analyze the influence of right politics among students.

Keywords: Dictatorship; right-wing students; student movement

Introdução

O objetivo deste trabalho é problematizar a questão da participação da direita estudantil nas universidades no período da ditadura militar brasileira, mais especificamente, até contexto da reorganização da UNE em 1979. Embora nos últimos anos algumas dissertações e teses houvessem trazido o tema à tona, a quantidade de pesquisas sobre a esquerda estudantil é sensivelmente superior. Neste texto, abordaremos algumas pesquisas que investigaram a atuação dos estudantes de direita nos Diretórios Acadêmicos, em seus grupos associativos e até na União Nacional dos Estudantes (UNE).

¹ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bolsista CAPES. E-mail: gbianch@gmail.com

Grande parte dos estudos sobre o movimento estudantil enfatizou o caráter revolucionário dos militantes engajados nas causas políticas e educacionais. A própria memória construída pela UNE evoca um passado associado à resistência, em que os estudantes lutaram a favor das reformas estruturais e resistiram bravamente à ditadura. No livro *Memórias estudantis*, a UNE sob a direção dos alunos de direita é um “fato isolado da tradição da entidade” (ARAUJO, 2007, p. 79).

No entanto, embora a juventude não seja mais tratada de forma idealizada pelos estudiosos, a quantidade de trabalhos sobre a esquerda estudantil, de certa forma, contribui com a narrativa do estudante como “oposicionista nato”. A impressão superficial é que o movimento estudantil se resume ao caráter revolucionário da militância dos estudantes. Neste caso, a escassez de trabalhos que abordam a participação estudantil de grupos não identificados com o socialismo ou o marxismo mostra um grande desequilíbrio. Seria todo o movimento estudantil influenciado pelas ideias de esquerda?

Certamente não. Porém, faz-se necessário se aprofundar nas razões para o reforço da identificação do movimento estudantil como ponta de lança da resistência ao autoritarismo. A imagem redentora da juventude rebelde está associada diretamente à noção de que a sociedade resistiu prontamente à ditadura, naquilo que Rollemberg denominou de “uma memória segundo a qual o autoritarismo só foi possível em função de instituições e práticas coercitivas e manipulatórias” (ROLLEMBERG, 2010, p. 11).

Segundo Rodrigo Motta, de maneira geral, a “historiografia e as ciências sociais mostraram maior interesse em pesquisar os revolucionários e a esquerda que seus adversários, deixando para segundo plano as propostas ligadas à defesa da ordem” (MOTTA, 2002, p.8). Parte disso, obviamente, foi feita pela menor disponibilidade de fontes das organizações estudantis de direita. Dessa forma, diversos historiadores desafiaram a escassez de fontes e mergulharam no universo da pluralidade do movimento estudantil, assim, indo além do caráter revolucionário dos estudantes.

Destarte, a finalidade desse texto é compreender o perfil dos grupos que se propuseram a questionar os valores da esquerda no movimento estudantil, sobretudo no contexto da ditadura militar. Como os estudantes de direita participaram do movimento estudantil? Quais as principais ações empreendidas por esses estudantes? Existiu algum aspecto propositivo da direita estudantil em relação às universidades? Somado a isso, analisar a atuação das direitas no movimento estudantil envolve a compreensão de sua

participação no contexto anterior ao golpe, sobretudo no período em que os estudantes de formação liberal lideraram o movimento.

De certa forma, não seria possível expor todos os grupos de direita que participaram do movimento estudantil durante o contexto histórico aqui proposto, sendo o limite deste trabalho abordar de forma geral os aspectos enfatizados pela historiografia, porém, sem se ater a nenhuma organização específica.

A escolha pelo contexto das décadas de 1960-1970 é óbvia, haja vista que este foi o período de maior efervescência do movimento estudantil, em decorrência da conjuntura política que agitou o país. A discussão da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (1961), o debate sobre a Reforma Universitária, as Reformas de Base, o golpe civil-militar, a repressão do regime ditatorial, a legislação que restringiu a representação estudantil, enfim, são muitos os elementos que contribuíram para o aumento da participação dos estudantes, tendo, inclusive, movimentado também a representação da direita estudantil. Porém, para analisar a participação desses estudantes no contexto dos governos autoritários, faz-se necessário historiar a atuação da direita estudantil nos contextos anteriores, sobretudo no período em que estiveram na liderança da UNE.

Direitas, ditadura e sociedade

Um dos autores a pensar a categoria estudantil como ícone de resistência política foi Arthur Poerner. Sua narrativa bem construída é dotada de muitos dados, fatos e evidências que buscam demonstrar o protagonismo do estudante na sociedade brasileira. Por outro lado, a categoria “jovem” e “estudante” contém um elemento quase mítico, sobretudo na perspectiva de o autor elevar o estudante ao status de “oposicionista nato”.

A força da juventude perpassa o tempo e mantém sua vitalidade contra a tirania e o caos político. Sua visão, neste caso, é essencialista: o jovem mantém sua combatividade no tempo, a despeito do aspecto contextual e das particularidades de cada época. Tampouco é considerada a infinidade de diferenças entre jovens de classes sociais distintas ou pertencentes às mais variadas origens étnicas. Todos os estudantes parecem ter algo em comum: o espírito combativo. De acordo com Poerner,

Esse algo mais, que torna o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual

ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro (POERNER, 2004, p. 39).

Neste raciocínio, o jovem sempre foi e será o elemento central no desencadeamento dos principais fatos históricos. Em outras palavras, a supervalorização do jovem como protagonista da história homogeneizou a figura do estudante, como se juventude fosse sinônimo de engajamento político de maneira quase universal. Dessa forma, a direita estudantil pouco é lembrada na narrativa de Poerner. Quando mencionada, a direita é associada ao pior momento da história da UNE. Como salientou Gabriel Amato Bruno de Lima, a leitura de Poerner contribui “para a construção dos silêncios acerca de outras práticas de estudantes universitários que não se perfilavam no rol de atitudes opositoras e resistentes à ditadura” (LIMA, 2015, p. 34).

Portanto, o silêncio da historiografia no que se refere à juventude de direita se relaciona diretamente com a simplificação do papel dos atores civis no regime militar. Na sua obra *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, Daniel Aarão Reis problematiza as relações entre ditadura e sociedade. Nessa perspectiva, o autor mostra que a sociedade brasileira por meio da mídia e da academia celebrou a hostilidade à ditadura (REIS, 2000, p. 7). Desde o golpe, da consolidação do regime até a abertura política, Reis aponta os caminhos da transformação discursiva dos atores interessados.

Parte dessa dicotomia entre ditadura e sociedade vem do senso comum, sobretudo com o clássico maniqueísmo que opôs, de um lado, a tirania residente na ditadura e, de outro, a democracia e a cidadania capitaneadas pela sociedade. Nesse esquema, o autor sugere que as esquerdas foram colocadas como vítimas. Até quando elas lutaram e desafiaram o regime pelas armas, elas o fizeram em nome da resistência. Na década de 1970, no contexto da distensão do regime, a esquerda renasce, no plano discursivo, como moderada, democrática e, portanto, vitoriosa nas “batalhas da memória” (REIS, 2000, p. 8).

Se por um lado a sociedade foi considerada relegada à tirania e ao obscurantismo do regime, por outro os militares receberam todo tipo de culpa pela interrupção da democracia. Nessa perspectiva, a ditadura que prosseguiu com o golpe foi resultante do protagonismo dos militares, enquanto a população sofria com os desmandos de um governo legitimado pela força e pela violência. Os grupos sociais que ofereceram apoio ao regime foram negligenciados tanto na memória hegemônica quanto nos estudos acadêmicos.

Diante disso, Aarão Reis questiona: “como explicar por que a ditadura não foi simplesmente escoraçada? [...] Como compreender que permaneçam com tanta força lideranças e mecanismos de poder preservados e/ou construídos no período da ditadura, pela e para a ditadura? ” (REIS, 2000, p. 10).

Ora, os desdobramentos desses questionamentos são evidentes. A valorização da esquerda como ícone da resistência simplificou aquilo que Reis chama de “complexa relação entre estado e sociedade”. Esse discurso forçou a ausência de atores que contribuíram para a dinâmica e até mesmo para o funcionamento do regime militar. Dessa forma, indivíduos e grupos que atuaram em consonância com o autoritarismo do Estado receberam menor ênfase da historiografia.

A direita estudantil na UNE ou contra a UNE?

Como desde 1956 a UNE vem sendo dirigida por líderes envolvidos em partidos ou grupos de esquerda, é natural a menor incidência do discurso conservador na documentação. Mas a diminuta participação de organizações de direita entre os estudantes não significa que eles não tenham produzido discursos e práticas do cotidiano universitário da época. Conforme pontuaram Braghini e Cameski, “esse movimento também teve um passado para ser historicizado” (BRAGHINI e CAMESKI, 2015, p. 946).

Nos anos 1950, Martins Filho aponta que a direção da UNE era formada majoritariamente por estudantes direitistas. A tendência liberal também esteve presente nas décadas anteriores, interrompida durante poucos anos (1947 até 1950). Durante o segundo governo de Vargas, a UNE participou da oposição ao governo, embora a liderança da entidade tenha impedido que a organização apoiasse diretamente a conspiração pela derrubada do presidente (MARTINS FILHO, 1986, p. 38).

Pouco se sabe sobre os motivos que levaram a direita estudantil para a liderança da UNE nos 1950. Na perspectiva de Rafaela dos Santos (2015), a explicação pelo viés da manipulação ou da coerção não oferece razões suficientes que justifiquem o crescimento da direita na entidade. O que fortalecia a atuação da juventude de direita era a existência de um “*brado* anticomunista, que uniu esses diferentes grupos em prol de um único ideal: pôr fim ao que acreditavam ameaçar as tradições políticas e culturais brasileiras” (SANTOS, 2015, p. 141).

Outra explicação para a ascensão da direita no movimento estudantil foi tecida por Alberto Saldanha (2005) e Maria Paula Araújo (2004). No contexto do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), há um crescente fortalecimento da oposição dentro das classes médias e das classes altas, o que resvala diretamente na influência antivarguista dentro das universidades. Somado a isso, havia um fascínio ligado ao discurso de Carlos Lacerda – na época, deputado federal e maior opositor de Vargas – que influenciou a participação da direita nas universidades.

Além disso, a atuação dos estudantes de direita fixou-se menos nas questões gerais da sociedade. As mobilizações da UNE tiveram como foco os “temas e problemas vinculados ao funcionamento e melhoria das faculdades” (SALDANHA, 2005, p. 36). Isso não significa que a liderança sob a hegemonia dos liberais estivesse alheia ao contexto político. De qualquer forma, em pleno debate que polarizou a opinião pública nacional, neste aspecto, a nacionalização dos recursos naturais, os estudantes também se mobilizaram na campanha pela monopolização da Petrobras. Segundo Martins Filho, isso não contradiz o caráter liberal que a entidade carregava consigo naquele tempo, pois até a UDN nessa época se aproximou da perspectiva nacionalista.

Esse período da hegemonia direitista da UNE foi considerado por Poerner o “início da infiltração americana no movimento estudantil brasileiro” (POERNER, p. 167). A presença norte-americana se daria com o intercâmbio de estudantes do Brasil para os Estados Unidos e também com o envio de lideranças estudantis norte-americanas a terras brasileiras.

Porém, a despeito da participação dos estudantes liberais, Poerner considera esse período como momento de “decréscimo na participação política”, adicionado do que ele chamou de “peleguismo universitário”. Segundo o autor, os líderes da entidade foram aliciados pelo MEC e, conseqüentemente, obrigados a participar da campanha *O petróleo é nosso*. Segundo o autor, não só pela linha nacionalista do novo governo Vargas (...) como pelos estatutos da UNE, que obrigavam suas direções a lutar pelo nacionalismo e contra o entreguismo (POERNER, 2004, p. 167).

A explicação de Poerner para a participação dos estudantes de direita na campanha a favor do monopólio de exploração do petróleo não é convincente. Limitar o envolvimento dos estudantes ao estatuto da UNE ou a uma suposta pressão do MEC não justifica a retórica nacionalista por parte da direita. Na perspectiva de Alberto Saldanha (2005), o discurso da emancipação econômica por meio da ação do Estado fazia parte

de uma tendência de pensamento da classe média no contexto do pós-guerra. As UEEs também pressionaram a UNE na campanha *O Petróleo é nosso* (ARAÚJO, 2004, p. 81).

A atuação da direita na coordenação da UNE terminou em 1956 com a vitória dos católicos progressistas e dos comunistas. Para Poerner, “depois da eleição de José Batista, os estudantes conservadores (existe essa aberração que é a juventude conservadora¹) e direitistas nunca mais recuperaram a presidência da UNE” (POERNER, 2004, p. 170). No entanto, a perda da liderança da instituição não resultará no total recrudescimento dos conservadores no meio estudantil, conforme será abordado mais à frente.

Tampouco se pode subestimar o legado dos conservadores nos contextos subsequentes. Para Saldanha, o período de hegemonia liberal na UNE contribuiu para as “mobilizações vinculadas à melhoria do ensino e ao aprimoramento dos vínculos com as entidades de base”, ao contrário da esquerda, que reassume as rédeas da instituição em 1956 e prossegue ainda mais forte nas décadas de 1960-1970, motivada “pela transformação econômico-social e pelo discurso nacional-desenvolvimentista” (SALDANHA, 2005, p. 42). Neste aspecto, os estudantes de esquerda articularão as demandas educacionais ao “projeto nacional de desenvolvimento”.

Destarte, nos anos seguintes, a UNE estava encampada com uma orientação nacionalista. Para Martins Filho, grande parte de suas atividades eram típicas de cúpula, porém, com o aumento progressivo da mobilização popular durante o governo de JK (MARTINS FILHO, 1986, p. 42). Um dos exemplos é a participação de protestos contra o aumento da passagem do bonde no Rio de Janeiro. A radicalização no meio estudantil católico com a Juventude Universitária Católica (JUC) e, posteriormente, com a Ação Popular (AP), como consequência, influenciará o movimento estudantil em toda a década de 1960.

Mesmo com o predomínio da esquerda na direção da UNE na década de 1960, a direita se fez presente. De acordo com Martins Filho, em 1964 as principais UEEs (União Estadual de Estudantes) estavam nas mãos de lideranças liberais, tais como Minas Gerais, Pernambuco, Paraná e a União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro (UME). Estas representações estudantis não sofreram intervenção militar por não estarem nas mãos da esquerda (MARTINS FILHO, 1986, p. 183).

Embora a influência de estudantes conservadores fosse menor que os grupos de esquerda nas universidades, muitas de suas publicações chegavam até os jornais e revistas de grande circulação nacional. De acordo com André Luiz Rodrigues de Rossi

Mattos (2013), apesar de a Frente de Juventude Democrática (FJD) não ter aglutinado “número significativo de estudantes nem ter conseguido influenciar as posições de grupos internos que atuavam no movimento, conseguiu se manter ativamente na imprensa nacional” (MATTOS, 2013, p. 373). O autor ainda assinala que jornais de destaque nacional, como *O Globo*, o *Correio da Manhã*, o *Diário Carioca* e *O Estado de São Paulo*, divulgavam as denúncias e os manifestos da organização.

Por isso a existência desses grupos não pode ser desconsiderada. Ainda que a influência da esquerda fosse maior no conjunto das agremiações estudantis, a permanência atuante de estudantes conservadores mostra que a heterogeneidade no interior do movimento estudantil vai além das diferenças partidárias ou doutrinárias da esquerda. Além disso, a direita tinha canais de interlocução com o restante dos estudantes, seja por meio da imprensa ou na direção de alguns DCEs ou até UEEs.

André Mattos analisa a aproximação do IPES e do IBAD junto aos estudantes de direita. A estratégia dessas organizações consistia em identificar a juventude inconformada com o crescimento do socialismo entre o estudantado e investir na formação e conscientização de novos adeptos. Segundo o autor, suas ações estavam voltadas para a “contenção da influência das organizações de esquerda em diversos movimentos e segmentos sociais. Também lançaram filmes, revistas, estudos e livros de propaganda contrária ao comunismo” (MATTOS, 2013, p. 330).

No início da década de 1960, a atuação do IPES e do IBAD para desestabilizar o governo de João Goulart e difundir os valores liberais associados à batalha contra o comunismo foi analisada por René Dreifuss (1981). Segundo André Mattos, “a relação que se estabeleceu entre o IPES e o IBAD nos meios estudantis é bastante forte entre os anos de 1962 e 1963” (MATTOS, 2013, p. 330). A tática de desmoralizar o engajamento de esquerda e associar as práticas militantes ao comunismo internacional foi amplamente divulgada pelos “estudantes democráticos”, inclusive com espaço na grande mídia. Segundo Mattos:

Em detrimento dessa negação ao que se entendeu ser o comunismo, construiu-se um imaginário no qual a UNE teria reunido tudo o que havia de mais repulsivo para os “verdadeiros” estudantes, ou seja, aqueles que não eram comunistas. O discurso contra as esquerdas voltou a ser exasperado, traduzindo as lideranças universitárias de esquerda como um aglomerado de estudantes extremistas, profissionais que “não estudavam”, interventores do “imperialismo soviético”, mantenedores de práticas subversivas para promover agitação social e desestabilizar as instituições públicas, defensores do sanguinário e ateu governo cubano, praticantes de métodos totalitários para garantir o

cerceamento das ideias dos estudantes democratas em seus congressos (MATTOS, 2013, p. 331).

Neste aspecto, Mattos pontua que os objetivos dos grupos de direita no movimento estudantil foram além do lançamento de candidatos de oposição nas eleições da UNE. Seu direcionamento, sobretudo, incluía “vetar suas ações como modo de ‘restabelecer a ordem’ no país” (MATTOS, 2013, p. 332). É o aspecto da desestabilização aos moldes das instituições conservadoras citadas: desconstruir o discurso da esquerda e associar os possíveis malefícios da politização da UNE para a Universidade e, conseqüentemente, para a sociedade.

Tratava-se, sobretudo, de mostrar à juventude que de fato a realidade social do Brasil causava mesmo perplexidade diante da pobreza e da desigualdade. No entanto, na concepção do IPES/IBAD, a conscientização da massa estudantil passava por desassociar a indignação da situação econômica com a solução por meio da revolução. Para isso, o plano consistia em apresentar o exemplo dos “países onde a democracia existia de verdade, como nos Estados Unidos, Suécia ou Noruega, pois uma vez esclarecidos, esses jovens passariam a lutar em outra trincheira” (MATTOS, 2013, p. 354).

No contexto da década de 1960, sobretudo durante o governo de João Goulart (1961-1964), a Frente da Juventude Democrática (FJD) foi uma das organizações estudantis de direita atuantes no meio estudantil. Financiada pelo complexo IPES/IBAD, suas ações conseguiram “causar repercussão em relação às suas denúncias e acusações” (MATTOS, 2013, p. 331). O trabalho desses estudantes incidiu em reforçar a imagem da UNE como entidade entregue e controlada pelo comunismo internacional.

Neste aspecto, além da FJD, outros grupos de direita optaram por práticas agressivas contra a UNE, sobretudo pela dificuldade de mobilização das massas estudantis. Assim, o caráter propositivo cede espaço para o aspecto puramente depreciativo do movimento, uma vez que o objetivo da direita incluía a desmoralização da direção da UNE diante dos estudantes. Segundo Mattos, em 1962 os conservadores não conseguiram lançar uma chapa de oposição para as eleições da organização. Dessa forma, “a FJD surgiu provocando estardalhaços na imprensa e promovendo provocações e ações violentas nos congressos” (MATTOS, 2013, p. 372). Nos embates em congressos da entidade, o autor ressalta que:

[...] a FJD, por meio dos seus comunicados, jornais e panfletos, passou a tentar aglutinar estudantes e a denunciar as restrições que os *democratas*, na visão da FJD, sofriam durante o encontro. Tiveram início as denúncias dos planos de agitação comunista no próprio congresso. A FJD passou, então, a se reafirmar como defensora da democracia e opositora do comunismo nos meios estudantis e se apresentou aos universitários como a promotora de uma “maratona cívica em favor da libertação dos estudantes brasileiros”, na tentativa de livrá-los dos “grilhões da minoria russificada que empolgou a direção da UNE” (MATTOS, 2013, p.378).

Entre as iniciativas de “denunciar” o viés comunista e desviante da UNE, destaca-se o livro *UNE: Um instrumento de subversão*, de Sonia Seganfredo. Publicado em 1963, a autora parte de sua experiência como estudante da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro para alertar a população das ações políticas da organização estudantil. A narrativa de Seganfredo mostra o pensamento da direita em relação ao movimento estudantil organizado.

Para a autora, a UNE é basicamente uma entidade política que recebe recursos do governo para divulgar o comunismo entre os estudantes e para outros segmentos da sociedade. Sua ação é “catequizadora”, com forte ênfase na deterioração dos valores morais. O perfil do militante de esquerda da UNE é estereotipado: é o chamado “estudante profissional”, que gasta tempo com a ação política e ignora a rotina acadêmica.

No pequeno histórico da UNE composto por Seganfredo, são valorizados os primeiros anos da entidade, na década de 1930 e 1940. Segundo ela, a UNE “tinha como finalidade congregar os estudantes apoliticamente, desenvolvendo neles o verdadeiro espírito de liberdade e incentivo às realizações de suas potencialidades nos terrenos social e profissional” (SEGANFREDDO, 1963, p. 16). Enquanto o “apolítico” é associado a uma virtude, a autora se contradiz ao citar diversos momentos em que os estudantes se engajaram politicamente em questões importantes do contexto nacional, tais como a mobilização da juventude contra o nazismo e a luta contra a ditadura do Estado Novo (1937-1945).

No entanto, nesta luta política, “a questão ideológica, em termos de comunismo e democracia, não era cogitada. O que interessava era a queda da ditadura. Neste ideal, todos se entendiam e lutavam” (SEGANFREDDO, 1963, p. 24). Em outra parte, a autora ressalta que comunistas e democráticos “marchavam juntos” pelas demandas nacionais e internacionais, mas a “luta ideológica” não existia. Ou seja, nem nos anos “áureos” da entidade a política estava fora de pauta, porém, o problema maior dos anos

posteriores era a associação da política com o “proselitismo” da esquerda, aí sim, longamente criticada pelos “estudantes democráticos”.

A retórica anticomunista foi efetivamente transformada em prática com verdadeiros atentados contra a UNE. Durante o governo de Goulart, o Movimento Anticomunista (MAC) encampou ações que envolviam desde pichações até arremesso de bomba na sede da entidade estudantil no Rio de Janeiro (MATTOS, 2013, p. 359). Portanto, enquanto o espaço da direita na direção da maior entidade estudantil era restrito, esses estudantes investiram na desmoralização da liderança de esquerda da UNE.

As aspirações e finalidades da direita estudantil

Conforme citado anteriormente, grande parte dos estudantes identificados com a direita era anticomunista e mostrava sua insatisfação com o predomínio da esquerda na UNE. Segundo Braghini e Cameski, esses estudantes se incomodavam com as manifestações estudantis de rua, inclusive criticavam os militantes de esquerda por seu menor comprometimento com a dedicação acadêmica. Diante disso, as autoras ressaltam que esses estudantes foram intitulados de “estudantes democráticos” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 951).

Entre outros objetivos, as autoras reforçam os interesses desses “jovens democráticos” em impedir o avanço do comunismo. Inclusive, esses grupos eram favoráveis às intervenções militares estadunidenses em ambientes considerados perturbadores da ordem e avessos à democracia (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 951). De acordo com as autoras, eles consideravam o movimento estudantil representado pela UNE como uma “falsa política de unidade estudantil” e alertavam sobre a massificação de estudantes que se sentiam impedidos ‘da livre manifestação das vontades’” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 954). Nessa perspectiva, a massa estudantil era oprimida pela liderança de esquerda nos movimentos.

Na leitura de Sonia Seganfreddo, os estudantes não identificados com as esquerdas também são denominados de democráticos. A autora identifica a esquerda da UNE como minoria diante do restante do estudantado, esse sim, democrático, porém se silencia no movimento por desconhecimento ou medo de ser tachado de “reacionário” (SEGANFREDDO, 1963, p. 5).

No campo propositivo, ainda são poucos os estudos que problematizaram as propostas desses estudantes para a Reforma Universitária ou qual a visão de Universidade estava composta no seu universo discursivo. No trabalho de Mattos, ele expõe a dificuldade de encontrar um denominador comum entre os estudantes a respeito das suas visões e impressões sobre a Universidade. Porém, entre o estudantado havia os inconformados com a estrutura arcaica das universidades e sua discrepância com as necessidades da sociedade industrial. Mas também havia os alunos que,

pautados por padrões tradicionais, se dirigiam para as cadeiras universitárias, guiados pelos mesmos valores fundados na tradição familiar, ou seja, interpretando a universidade como uma instituição cartorial, símbolo de “status” e diferenciação social, e não necessariamente pela qualificação do trabalho ou se enxergando como elemento de contribuição ao desenvolvimento nacional (MATTOS, 2003, p. 349).

Algumas questões podem ser levantadas com base no estudo dos trabalhos citados sobre as organizações estudantis de direita, principalmente no que se refere às representações dos “estudantes democráticos” em relação à Universidade. Afinal, os “estudantes democráticos” não poderiam estar entre os inconformados com a estrutura da Universidade? O projeto de modernização das universidades pautado pelo IPES também era crítico ao modelo tradicional vigente, mas a diferença estava na redução do papel do Estado no setor público e na aproximação da iniciativa privada com as universidades, elementos que foram criticados pela UNE.

Sobre a presença dos estudantes de direita nas universidades, a dissertação de Mateus Lima abordou a atuação deles na Universidade Federal de Santa Maria no contexto da ditadura militar. Sua pesquisa consistiu em problematizar a participação dos representantes discentes de direita nos órgãos colegiados da instituição. No cotidiano universitário, esses estudantes puderam expor suas impressões sobre o sistema segundo suas reivindicações diante da administração da universidade. Dessa forma, suas posições não são monolíticas ou completamente identificadas com o material ideológico do IPES. Segundo o autor,

Paulo Sarkis “representava as ambiguidades do liberalismo elitista entre os estudantes. Por um lado, defendia os interesses mais imediatos dos estudantes, posicionando-se repetidas vezes contra a cobrança de taxas”. Por outro lado, admitia a possibilidade de estabelecimento de uma tarifa anual. Além disso, ao mesmo tempo em que exercia uma atuação presente e decidida no Conselho, articulava-se politicamente com os “democratas” e criticava as esquerdas (LIMA, 2013, p. 88).

Não há como interpretar as ações dos estudantes de direita de forma monolítica, tampouco suas práticas nos órgãos colegiados representavam a pureza do pensamento liberal, conforme citou Matheus Lima. Ir contra a cobrança de taxas oferecia um ponto de contato dessa liderança com o restante dos estudantes. Mas a admissão da continuidade da cobrança de “tarifas anuais” fidelizava esses representantes discentes ao pensamento liberal, que, de certa forma, questionava a gratuidade do ensino superior. No entanto, a crítica à esquerda permanecia como uma constante nas práticas desses indivíduos no cotidiano universitário.

Em se tratando dos “estudantes democráticos” no contexto do golpe, Braghini e Cameski identificaram uma postura de apoio ao regime, uma vez que “não raro havia parcelas da juventude estudantil que se manifestavam entusiasmadas com o golpe militar, em 1964” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 954). No entanto, a ditadura que prosseguiu com o regime não ficou imune à crítica desse segmento do movimento estudantil.

Nessa perspectiva, Lima constatou as ambiguidades que os “estudantes democráticos” enfrentavam, pois, “ao mesmo tempo em que combatiam as esquerdas e apoiavam a “Operação Limpeza”, não desejavam uma legislação que pretendia a extinção das entidades e criticavam a repressão e a imobilidade em resolver os problemas educacionais” (LIMA, 2013, p. 83). Essa contradição prosseguiu durante o governo de Castello Branco (1964-1967). Mateus Lima relata que, embora os estudantes direitistas estivessem ao lado dos golpistas ou talvez, indiferentes, “acabaram voltando-se contra a política do governo Castello Branco em relação às intenções de esvaziamento da representação estudantil” (LIMA, 2013, p. 77).

No que concerne à legislação que restringiu o movimento estudantil, houve manifestações até dos alunos da direita contra as limitações à organização política dos estudantes. Segundo Martins Filho, “nas condições de repressão, que se seguiram à derrubada de Goulart, seriam as próprias entidades que, no meio estudantil, deram apoio tácito ao golpe, as primeiras a se levantar contra a ‘Lei Suplicy’” (MARTINS FILHO, 1986, p. 107). Por outro lado, na ocasião do processo legislativo que sacramentou a Lei, um grupo de “estudantes democráticos” foi em comitiva até Brasília para, segundo Braghini e Cameski, “apontar sugestões ao projeto de extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e entidades congêneres” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 951).

Dessa forma, é evidente que não há unanimidade dos estudantes de direita no tocante à representatividade estudantil. Eles queriam o afastamento e o fim da influência comunista na UNE, porém, o controle definitivo da entidade e seu fechamento completo não estavam na pauta de todos os estudantes. Segundo Santos, “a maioria dos estudantes não aceitava a intervenção do Estado nas entidades representativas, anulando sua autonomia e procurando redirecionar o movimento estudantil para atividades ‘recreativas’, afastando-o da política” (SANTOS, 2015, p. 148).

Por outro lado, em virtude do plebiscito convocado pela UNE para coletar entre os estudantes a oposição à famigerada lei, alguns alunos do direito da Universidade Mackenzie “manifestaram-se contrários ao plebiscito e impediram sua realização em sua instituição, “invadindo o recinto onde se pretendia colher a votação dos universitários, os jovens atiraram a urna por uma das janelas, queimando-a a seguir” (SANTOS, 2015, p. 150-151). Essa manifestação reforça o argumento da existência de manifestações distintas dos estudantes de direita, inclusive com a existência de grupos favoráveis ao controle da UNE por ser supostamente a única forma de conter a ascensão dos estudantes de esquerda.

Diante das ambiguidades entre os estudantes de direita e o regime militar, percebe-se nitidamente a coexistência de elementos que congregam tanto a oposição quanto o apoio à ditadura. Embora muitos fossem simpáticos ao regime, seus interesses como categoria estudantil não foram relegados a segundo plano. Na verdade, isso mostra a limitação desse binarismo entre resistência e colaboração como se fossem as únicas opções que os indivíduos tivessem em relação ao Estado. Na perspectiva de Rodrigo Motta, algumas pessoas ou instituições promoveram ações que podem ser classificadas tanto como resistência, adesão ou acomodação, enquadradas em dois ou nos três tipos, em momentos diferentes ou simultaneamente (MOTTA, 2014, p. 301).

Se a sociedade não resistiu totalmente à ditadura, afirmar que ela colaborou pode ser outra injustiça. Até a adesão ao regime fica relativizada diante das posturas intermediárias dos atores. Nem aqueles que convergiam com os propósitos dos governos ditatoriais cederam totalmente às determinações do Estado. A exigência por parte dos indivíduos ou grupos por concessões da parte dos “donos do poder” oferece uma dinâmica de muita complexidade nas relações entre ditadura e sociedade.

Sobre a organização desses estudantes no contexto da década de 1970, Renato da Silva Della Vechia abordou em seu trabalho a participação dos conservadores no Diretório Estadual Estudantil (DEE) do Rio Grande do Sul. Diante das limitações

impostas ao movimento, as entidades autorizadas pelo governo para a representação estudantil restringiam-se ao DEE e, também, ao Diretório Nacional de Estudantes (DNE). Enquanto os grupos de esquerda boicotavam as eleições para esses diretórios oficiais, os chamados “estudantes democráticos” apossaram-se dessas entidades para, entre outras coisas, afastar definitivamente a esquerda da militância nas universidades do Sul.

A entidade estadual tinha um caráter menos militante que as organizações controladas pela esquerda. Neste aspecto, o DEE assumiu um ativismo dividido em três frentes: **política assistencialista**, com a garantia de assistência médica e odontológica em sua sede, criação de uma livraria com descontos nos preços, convênio com seguradora para caso de acidentes pessoais etc; **atividades esportivas e festivas**, competições, shows, eventos culturais em geral; e **formação política**, seminários e fóruns, sobretudo, com uma aguda preocupação ideológica na escolha dos palestrantes, em grande parte, comprometidos com o regime (VECHIA, 2011, p. 210).

Somado a isso, Vechia mostra que o DEE do Rio Grande do Sul estava alinhado com o governo militar. Dos elementos que comprovam sua tese, o autor aponta que nem a repressão sensibilizava os estudantes. Segundo ele, “a direção do DEE lamenta tristemente não a repressão política aos estudantes em nosso país, mas exatamente a reação por parte deles” (VECHIA, 2011, p. 208). Essa assertiva era bastante comum na própria justificativa do regime para suavizar os efeitos do combate ao comunismo por meio da repressão.

Na mesma linha, o DEE mostrou-se não somente defensor do regime militar, mas também próximo das reitorias das universidades. Vechia aponta que, em muitas ocasiões, os DCEs vinculados à direita se colocavam contra os estudantes em relação aos aumentos de taxas (VECHIA, 2011, p. 211). Junto a isso, o autor complementa que no discurso dos estudantes “democráticos” há diversas menções contra os estudantes de esquerda, sobre o combate às “ideologias estranhas ao povo brasileiro” e um “conjunto de expressões que evidenciavam claramente um perfil conservador e anticomunista presente de forma constante em documentos, jornais e falas dos dirigentes ligados ao DEE” (VECHIA, 2011, p. 212).

Dessa forma, os “estudantes democráticos” do Rio Grande do Sul aproveitaram da estrutura controlada pela ditadura militar e se apossaram do DEE. O mais curioso é que, pelo Decreto-Lei nº. 228, o chamado Decreto Aragão, as organizações estaduais e nacionais estudantis foram extintas. Mesmo assim os estudantes do Rio Grande do Sul

continuaram o diretório estadual. Suas ações se limitaram ao âmbito assistencialista, com pouca ênfase política. Porém, quando faziam, mostravam simpatia pelo regime, inclusive por meio da complacência com a repressão e com o anticomunismo.

Por esses motivos, as autoridades não extinguiram a organização que, teoricamente, estava proibida por lei de funcionar. Enquanto o DEE do Rio Grande do Sul prestava um serviço essencial para os objetivos da ditadura, como salientou Vechia, com uma “política de defesa do regime, das reitorias e da ‘ordem’”, mesmo sendo proibida pelo Decreto Aragão, sua existência permanecia garantida (VECHIA, 2010, p. 211).

No trabalho de Rafaela Santos, é investigado o que ela chama de “o outro lado da Rua Maria Antônia”. Sua análise inclui a compreensão da postura dos estudantes conservadores que entraram em confronto com os alunos da Faculdade de Filosofia da USP. Na mesma rua, havia dois polos políticos conflitantesⁱⁱ. De um lado, a faculdade de Filosofia da USP, que congregava dezenas de estudantes partidários da esquerda e inclusive da liderança da UNE; do outro lado, a Faculdade de Direito do Mackenzie, em que “havia uma expressiva parcela de universitários que se autodenominavam “liberais e democratas” e o *famoso* grupo que se intitulava CCC [Comando de Caça aos Comunistas]” (SANTOS, 2015, p. 164).

Nascido e criado dentro do ambiente universitário em 1963, o CCC tinha como alvo preferencial o meio estudantil, tendo generalizado suas práticas com o decorrer do tempo. Segundo Gustavo Lopes, quem fosse “identificado a uma ideologia, partido ou movimento social que se assemelhasse, grosso modo, ao ‘comunismo’, era considerado um ‘contrarrevolucionário’, ‘subversivo’, ‘terrorista’” (LOPES, 2011, p. 29). As ações do CCC contra esses “subversivos” incluíam a prática terrorista, com violências de toda ordem. Os atos que tiveram maior repercussão na imprensa foram os ataques ao elenco (e ao público) da peça *Roda Viva*, de Chico Buarque, a explosão de uma bomba na Livraria Civilização Brasileira e a “guerra” contra os alunos da filosofia da USP.

Marcada pela intolerância e incompreensão do outro, a citada “Batalha da Rua Maria Antônia” representa, entre outras coisas, a polarização da juventude em relação à ditadura e ao grau de radicalização política partilhada por ambos os lados. Não resta dúvida que a heterogeneidade do meio estudantil rechaça a perspectiva que interpreta o movimento estudantil apenas no viés da resistência e da oposição ao autoritarismo.

Somada a isso, a retórica dos universitários partidários do CCC que participaram do confronto elucida essa questão. Existia entre eles a preocupação com a suposta

agitação comunista, por esta razão, suas ações correspondiam ao interesse de *defender* o Brasil dessa ameaça. Os estudantes do CCC também pontuavam sua posição política como “*revolucionária* e confirmaram que seu projeto para o Brasil era o *nacionalismo radical*” (SANTOS, 2015, p. 178).

A grande incoerência deste “projeto” do CCC não se resume apenas à questão da violência. Enquanto suas práticas consistiam em desestabilizar a esquerda e eliminar seus inimigos, no campo das ideias e do ativismo político esta organização pouco atuou. Seus manifestos em defesa do grupo são recheados de referências à ordem, à tradição e ao nacionalismo, no entanto, a contribuição para a construção desse cenário se resumia ao combate ao socialismo e à subversão.

Com o progressivo abrandamento da ditadura após o fim do AI-5, a atuação dos estudantes conservadores continuou, embora o retorno da esquerda tenha sido crescente no final da década de 1970, houve mudança no discurso dos representantes estudantis de direita. A tentativa de não identificação com a ditadura foi associada a um discurso liberal, tanto no sentido político de defender um estado de direito, “com mais ênfase ainda na defesa de um liberalismo econômico e num combate a concepções coletivistas e/ou socialistas” (VECHIA, 2011, p. 213).

Considerações finais

Os estudos das organizações de direita no movimento estudantil ainda precisam de maior fôlego. Mesmo que os trabalhos citados evidenciem o crescimento das pesquisas sobre o tema, há muitas questões a serem problematizadas, inclusive a respeito da atuação local desses estudantes e de suas representações no que concerne ao contexto político, cultural e educacional do país.

Sair do “lugar comum” e desassociar a participação estudantil nas universidades com a militância política de esquerda tornou-se a ênfase dos trabalhos que abordaram a direita estudantil. Neste aspecto, o envolvimento da direita se faz, em primeiro lugar, pelo anticomunismo. A identificação da universidade como “espaço de subversão” motivou a participação desses estudantes na representação estudantil. Seja por meio das organizações oficiais ou da imprensa, o trabalho desses indivíduos consistia em desconstruir o aparelhamento dos partidos e tendências estudantis de esquerda no interior do movimento estudantil.

Em segundo lugar, no contexto ditatorial, a participação da direita significava a convergência dos interesses ideológicos entre esses grupos e o regime militar. A adesão era uma resposta à identificação de características inerentes à ditadura compartilhadas por esses estudantes de direita. Não foi incomum a homenagem aos presidentes militares e participação de pessoas ligadas ao regime em cursos, seminários ou artigos nos jornais dos estudantes.

No entanto, a aproximação da direita estudantil da ideologia do regime não resultou num colaboracionismo cego e inconsequente. Muitas demandas do movimento estudantil foram defendidas pelos “estudantes democráticos”, como a redução das taxas nas universidades e a não extinção das entidades estudantis, o que redundou em críticas à ditadura. Obviamente, essas demandas foram levantadas sem qualquer enfretamento ao regime ou mobilização política dos estudantes.

Na participação dos órgãos colegiados no âmbito local, a defesa de pontos que interessavam o estudantado como um todo também foi levantada, principalmente nos períodos anteriores à liderança da esquerda à frente da UNE. De forma geral, a direita estudantil tinha um comportamento político ambíguo. Entre a adesão e a acomodação ao regime, também buscaram representar algumas demandas do movimento estudantil, como a prática do lazer e a assistência estudantil, porém, sem qualquer conflito com o poder instituído.

Dos trabalhos citados neste artigo, fica evidente o caráter ativo do movimento de direita em atacar a esquerda e sua militância nas universidades. Porém, houve também certa ênfase propositiva no discurso desses estudantes – sobretudo no período em que a direita estava na liderança da UNE –, seja em direção da aproximação das universidades às empresas e na redução da influência do Estado na educação. Dessa forma, a despeito das suas manifestações radicais de intolerância e, em muitas ocasiões, de um anticomunismo retórico e repetitivo, a participação da direita estudantil envolvia a busca por algumas mudanças. Como ressaltou Santos, “seus propósitos eram *transformar*, mas sem romper por completo com valores ou tradições” (SANTOS, 2015, p. 184).

Referências:

- ARAÚJO, Maria Paula N. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- BRAGHINI, Katya Zuquim Braghini & CAMESKI, Andrezza Silva. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 945-962, out.-dez., 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

DREIFUSS, Rene. *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis, Vozes, 1981.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. "*Aula prática de Brasil*": ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História). UFMG, Belo Horizonte/Minas Gerais.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento estudantil e ditadura civil-militar em Santa Maria (1964-1968)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). UFSM, Santa Maria/Rio Grande do Sul.

LOPES, Gustavo E. *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos comunistas*. Salvador: Editora Pontocom, 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNICAMP, Campinas.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em História). USP/Paris 1 Panthéon Sorbonne, São Paulo/Paris.

POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5. ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo. Editora UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: Edufal, 2005.

SANTOS, Rafaela M. A. *O outro lado da Rua Maria Antônia: a atuação das juventudes de direita em 1960*. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

SEGANFREDDO, Sonia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1963.

VECHIA, Renato S. Della. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política). UFRGS, Porto Alegre.

Notas:

ⁱ A perplexidade de Poerner na associação da juventude com o conservadorismo revela sua visão sobre a militância estudantil. Para o autor, o radicalismo na juventude é o seguimento da ordem natural das coisas.

ⁱⁱ É evidente que essa polarização entre as duas instituições não era completa. Havia alunos de direita na faculdade de filosofia assim como nem todo aluno do Mackenzie pertencia ao CCC. Mas, de forma geral, essa polarização era bastante aguda no contexto da ditadura militar.